

# Sarney pede à Constituinte que cumpra prazo e dê a Carta ao País

Foto de Jamil Biltar

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney fez ontem um apelo à Assembleia Nacional Constituinte para que vote e promulgue, no prazo previsto em seu Regimento Interno, a nova Constituição. Sarney inseriu esse pedido em um esforço do Legislativo e do Executivo pela estabilidade e êxito da transição.

A mensagem, contida no discurso em que Sarney saudou os novos Ministros, foi dirigida ao Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e obteve resposta imediata. Ao dar entrevista, após a solenidade, Ulysses lembrou as palavras do Presidente, afirmou que já se vem empenhando nesse sentido "há muito tempo" e disse ter certeza de que esse propósito é de cada constituinte.

No discurso, Sarney explicou que durante todo este ano a Assembleia Nacional Constituinte viveu as aspirações do povo brasileiro e que, nesse quadro, é importante que "tenhamos a Constituição do Brasil pronta, para que o Brasil possa ter a sua Lei maior".



Ulysses ouve o discurso veemente de Sarney, para responder mais tarde

O Presidente afirmou que essa providência implica também na ajuda para solucionar o problema da dívida externa brasileira que a esta altura já começa a prejudicar o País". José Sarney disse que o Brasil, através de medidas corajosas,

conseguiu estancar a sangria de suas reservas, que se mantêm estáveis, ao mesmo tempo em que conseguiu retomar o ritmo do comércio exterior. Para manter esse diagnóstico, o cumprimento dos prazos da Constituinte é essencial, de acordo com o Presidente.

## Sistematização suspende sessão e não reabre por falta de quorum

BRASÍLIA — Apesar de reclamarem das notícias veiculadas pela imprensa, dando ênfase ao atraso das votações, os membros da Comissão de Sistematização da Constituinte não deixaram de suspender a sessão de ontem de manhã — que não foi reaberta por falta de quorum — para que os parlamentares pudessem comparecer à posse dos novos ministros. Em um hora e meia de reunião, foram votados apenas três destaques. Outros 21 ficaram prejudicados, dos quais 19 pela ausência do autor e dois em decorrência de votações anteriores.

A sessão, que começou com meia hora de atraso, às 9h30, pois não havia quorum, ia ser suspensa pelo Senador Jarbas Passarinho, que presidia os trabalhos, a fim de que chegassem constituintes em número suficiente para dar início às votações. No entanto, o Senador Nelson Carneiro o impediu com uma questão de ordem que deu início aos protestos contra as notícias sobre a lentidão dos trabalhos.

Nelson ressaltou que a Sistematização é apenas uma comissão encarregada de dar parecer sobre uma proposta — o substitutivo do Relator Bernardo Cabral — que somente de-

pois de sua aprovação será votada pelos 559 constituintes. Por isso, disse que não há nenhum atraso, citando como exemplo as comissões técnicas do Poder Legislativo, que retêm durante meses projetos de lei esperando por informações que possibilitem sua aprovação ou rejeição.

Jarbas Passarinho informou que até a sessão de quarta-feira tinham sido realizadas 183 votações. E frisou que tal marca "nunca foi atingida em um ano legislativo normal". Segundo ele, entre destaques aprovados, rejeitados, prejudicados ou retirados, a Comissão já deliberou sobre 1600 emendas.

O nosso trabalho na Sistematização por vezes chega a ser insano, cansativo e absorvente, mas a imprensa continua dando a versão de que a Comissão é lenta e passa horas a fio discutindo o sexo dos anjos. Nossas reuniões são frutíferas, mas a função da Comissão é incompatível com o tempo que lhe é reservado pelo Regimento Interno — comentou Passarinho.

Em face dessa declaração, os Deputados José Genoíno (PT-SP) e Octávio Elísio (PMDB-MG) pediram que fosse utilizado um espaço maior na imprensa para explicar os trabalhos da Sistematização. Elísio quer a

utilização do horário gratuito no rádio e televisão destinado às instituições para a divulgação dos trabalhos da Comissão.

Depois desse debate, o Deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) informou, em questão de ordem, que esteve no Hospital Marçilio Dias, no Rio de Janeiro, para verificar se os pacientes da contaminação em Goiânia estavam sendo bem tratados e se havia risco de outras pessoas internadas serem expostas à radiação. Disse que tudo está sob controle e fazia a comunicação para tranquilizar os constituintes.

Em seguida, a rapidez imposta aos trabalhos fez com que o Deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) se perdesse no acompanhamento da votação. Ele reclamou que um destaque seu ao artigo 22 não havia sido votado, quando ainda estava se discutindo o artigo 20.

Diante de tudo isso, a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), ao assumir a tribuna para defender uma emenda de censura indicativa aos programas de radiodifusão e diversões públicas, acabou afirmando que, por vezes, os trabalhos da Comissão de Sistematização "assumem aspecto surrealista".

### OS TEXTOS DE ONTEM

#### Anistia e censura competem à União

BRASÍLIA — É a seguinte a íntegra dos dispositivos aprovados nas sessões de ontem:

Artigo 20º (23º do novo texto) — (...) compete à União:

- XI — (...) explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão: (...);
  - b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos d'água;
  - c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;
  - d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
  - e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
  - f) os portos marítimos, fluviais e lacustres.
- XII — Organizar e manter a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal, bem como a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos Territórios.
- XIV — Organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia e cartografia de âmbito nacional.

XV — Exercer a classificação para efeito indicativo de diversões públicas e de programas de telecomunicação.

XVI — conceder anistia;

XVII — planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XVIII — instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XIX — instituir o sistema nacional de desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos, entre outros;

XX — estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de transportes e viação;

XXI — executar os serviços de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira.

XXII — explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e processamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes requisitos:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais, e atividades análogas;

c) a responsabilidade por danos nucleares independe da existência de culpa;

XXIII — organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, na forma que dispuser a Lei;

XXIV — estabelecer a área e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

§ Único — O fluxo de dados transfronteiras será processado por intermédio da rede pública operada pela União.

## Censura a espetáculos, programas de rádio e TV será só indicativa

BRASÍLIA — A classificação da censura em faixas etárias para espetáculos de diversões públicas e programas de rádio e televisão será apenas indicativa, e não mais de caráter proibitivo como é hoje. Esta a emenda do Deputado José Genoíno (PT-SP) aprovada ontem pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, no capítulo sobre as competências da União.

A aprovação da emenda registrou um fato singular dentro dos trabalhos da Comissão, pois a proposta de Genoíno teve voto favorável da Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e contrários do também petista Plínio de Arruda Sampaio e do Líder do PCB, Roberto Freire.

A emenda foi aprovada quase por unanimidade — 65 votos a favor, cinco contra e uma abstenção. A discussão começou com a Deputada Sandra Cavalcanti contraditando uma primeira proposta de Genoíno, que também adotava a classificação indicativa mas não incluía os "programas de telecomunicação". Para a Deputada, os espetáculos de rádio e televisão são os que mais exigem, por parte do Estado, um cuidado especial, já que não pressupõem escolha por parte do público.

Diante da contradita, que acabou se transformando em defesa, José Genoíno retirou a sua primeira emenda e colocou em votação a sugestão de Sandra. A defesa, então, foi feita pelo Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), lembrando que a Comissão já havia aprovado, no artigo 5º



Sandra Cavalcanti (PFL-RJ): acordo celebrado com José Genoíno (PT-SP)

do substitutivo, a extinção da censura e, portanto, deveria eliminar qualquer possibilidade de que a classificação viesse a ser feita pela União com caráter restritivo.

— Deve se tornar mais clara a atividade do organismo de censura, que não poderá ser policial, mas sim representativo da sociedade — disse.

Enquanto o grupo liderado por Sandra Cavalcanti acreditava que a aprovação da emenda representava a ampliação da faixa de controle do Estado para atingir também espetáculos de telecomunicações, Plínio de Arruda Sampaio e Roberto Freire, parceiros habituais dos votos de Ge-

noíno, consideravam a fórmula "por demais liberalizante".

— Quem aconselha é a religião católica. O Estado tem que exercer poder e proibir — protestava Freire, indignado.

Os outros votos contra foram dos constituintes Aluizio Chaves (PFL-PA), Paes Landin (PFL-PI) e Oscar Corrêa (PFL-MG). A abstenção foi de Eraldo Tinoco (PFL-BA).

A Comissão de Sistematização também aprovou proposta do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) de criação da Polícia Ferroviária Federal, de competência da União, que estará encarregada de manter a ordem nos terminais ferroviários.

## Censor não está preocupado com fim da carreira

BRASÍLIA — Tão logo a Constituinte aprovou o texto que transforma a censura classificatória em simples ato indicativo, o Presidente da Associação Nacional dos Censores, Arésio Peixoto, enviou um sinal tranquilizador à categoria: seja por decisão do plenário ou através da edição de leis ordinárias, logo após a promulgação da Carta, o Estado terá que se preocupar com a orientação e formação do menor. Ou seja, terá que assegurar dispositivos legais para o cumprimento desse dever.

Arésio é um permanente observador dos trabalhos da Constituinte e não está preocupado com o fantasma do desemprego na categoria, caso a Divisão de Censura e Diversões Públicas seja extinta. Os censores enfatiza ele, são funcionários da União, e a última turma será efetivada em janeiro, antes, portanto, do encerramento dos trabalhos constitucionais.

— A tendência entre os constituintes é de acabar com a censura entendida como veto, corte, e nós concordamos com isso — explica o Presidente da Anacen. — Mas é preciso muito cuidado com o rádio e a televisão, pois, nesse sentido, a censura tem um papel muito importante na orientação e formação do menor.

Os censores encaminharão uma emenda popular, aceita pela Comissão de Sistematização, e subscrita por 76.368 censores e policiais federais, defendendo a permanência da censura classificatória no DPF.

— Uma coisa é certa: não temos medo do desemprego — disse Arésio.

MURY GARDEN HOTEL

## Jurista critica o oportunismo nas disposições

SÃO PAULO — Não há nenhum dispositivo de caráter autoritário nas disposições transitórias da nova Constituição, redigidas pelo Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), mas existem alguns pontos, de acordo com o jurista Adilson de Abreu Dallari, professor da USP, "em que o oportunismo compromete e desmerece seu próprio texto". Dallari, um dos maiores especialistas em Direito Constitucional do País, deu como exemplo de oportunismo o parágrafo 4º do artigo 12, que cria o Tribunal Superior de Justiça.

De acordo com este parágrafo, logo após a instalação da nova corte, "os ministros aposentados do Tribunal Federal de Recursos se tornam automaticamente ministros aposentados do Tribunal Superior de Justiça". Ou seja: antes mesmo de existir, o tribunal já teria membros aposentados.